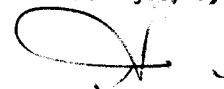


ATA DA PLENÁRIA ESTADUAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2021, PARA APROVAÇÃO DAS NORMAS DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO ABRANGENDO O 1º GRUPO DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA (PREPOSTOS DO COMÉRCIO EM GERAL) E O 2º GRUPO DO MESMO PLANO - EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO, PARA O PERÍODO 2021/2022:

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, a partir das nove horas, no auditório da entidade, localizado na Av. Mauro Ramos nº 1624 - Centro - Florianópolis-SC, realizou-se a Plenária Estadual Extraordinária da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina, convocada pelo Edital publicado no jornal Diário Catarinense de 08 (oito) de Fevereiro de 2021, à página 2 (dois) do caderno de Publicações Legais. Coordenaram os trabalhos os companheiros Francisco Alano, presidente da Federação, Ivo Castanheira, Nadir Cardozo dos Santos e Roseméri Miranda Prado, membros da diretoria executiva da Federação. Eu, Antônio Carlos da Cunha, funcionário da Federação, secretariei os trabalhos. Ao início, foi efetuada a leitura do edital de convocação para conhecimento de todos os presentes dos assuntos a serem discutidos e deliberados nesta Plenária. Ato seguinte, passou-se à discussão da **ORDEM DO DIA: Item 1. CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO.** Foram apresentadas as cláusulas a serem incluídas no rol de reivindicações, sendo esclarecidas as dúvidas com relação às mesmas, bem como sobre o processo de negociação das Convenções Coletivas de Trabalho. Foi também informado que, em razão de a FECESC representar várias categorias, há necessidade de negociação de convenções específicas devido às suas peculiaridades. Após amplo debate pelos presentes, foram postas em votação as seguintes cláusulas: **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA NEGOCIAÇÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS GRUPOS: EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA - PREPOSTOS DO COMÉRCIO EM GERAL - (INCLUSIVE EMPREGADOS DE CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS) e EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO, PARA O PERÍODO DE 2021 A 2022: 1. CORREÇÃO SALARIAL** "As empresas concederão a todos os seus empregados abrangidos pela presente convenção coletiva, reajuste salarial nas seguintes bases: 5% (cinco por cento) no mês de Maio de 2021 e 10% (dez por cento) a partir de Junho de 2021, aplicáveis sobre os salários corrigidos em Maio de 2020.". **2. AUMENTO REAL DE SALÁRIO** "Conceder-se-á aumento real de 3% (três por cento), a ser aplicado sobre os salários já corrigidos na forma do item anterior." **3. SALÁRIO NORMATIVO - PISO SALARIAL - 3.1) Para as Convenções dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e dos Empregados de Despachantes:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.535,00** (um mil e quinhentos e trinta e cinco reais), para todos os empregados, a partir da admissão; b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.2) Para as Convenções dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis de SC; dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis da Grande Florianópolis e dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis do Sul de Santa Catarina:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.771,00** (um mil e setecentos e setenta e um reais), para todos os empregados, a partir da admissão; b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.3) Para as Convenções dos Empregados de Casas Lotéricas, Revendedores Lotéricos e Correspondentes Bancários e dos Empregados de Administradores de Consórcios:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.579,00** (um mil e quinhentos e setenta e nove reais), para todos os empregados, a partir da admissão; b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.4) Para a Convenção dos Empregados em Empresas Locadoras de Veículos Automotores, Equipamentos e Bens Móveis de SC:** Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases, observando-se, se mais favorável, o piso salarial regional: a) **R\$ 2.200,00** (dois mil e duzentos reais) - Operador de Locação, Agente de Locação e Agente de Serviços; b) **R\$ 1.903,00**



(um mil e novecentos e três reais) – Motorista e Operador de Negócios; **c) R\$ 1.559,00** (um mil e quinhentos e cinquenta e nove reais) - Caixas e Assemelhados; Telefonistas; Recepcionistas; Auxiliar Administrativo; Auxiliar Contábil; Auxiliar de Operador de Locação; Auxiliar de Agente de Locação; Auxiliar de Agente de Serviço e Demais Funções; **d) R\$ 1.489,00** (um mil e quatrocentos e oitenta e nove reais) - Copeira; Servente e Office-Boy. **3.5) Para as Convenções dos Empregados no Comércio Varejista e Atacadista de SC; dos Empregados de Representantes Comerciais e dos Empregados de Supermercados e Comércio Varejista e Atacadista de Gêneros Alimentícios do Planalto Serrano:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.514,00** (um mil e quinhentos e quatorze reais); b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.6) Para a Convenção dos Empregados do Comércio Varejista de Material Ótico, Fotográfico e Cinematográfico:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.561,00** (um mil e quinhentos e sessenta e um reais); b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.7) Para a Convenção dos Empregados no Comércio Varejista de Alfredo Wagner e Leoberto Leal:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.942,60** (um mil e novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos); b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.8) Para a Convenção dos Empregados de Concessionários e Distribuidores de Veículos de SC:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.425,00** (um mil e quatrocentos e vinte e cinco reais); b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.9) Para a Convenção dos Empregados no Comércio Varejista de Peças, Acessórios e Revenda de Veículos da Grande Florianópolis:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional no valor de **R\$ 1.942,60** (um mil e novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos); **3.10) Para a Convenção dos Empregados no Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos da Grande Florianópolis:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: a) **R\$ 1.771,00,00** (um mil e setecentos e sessenta e um reais); b) para os trabalhadores que recebem por comissão será garantido o salário normativo estabelecido na letra "a", acrescido de 30% (trinta por cento); **3.11) Para a Convenção dos Empregados de Sociedades de Fomento Mercantil (Factoring) de Santa Catarina:** "Garantia de salário normativo (piso salarial) à categoria profissional, nas seguintes bases: **R\$ 1.974,00** (um mil e novecentos e setenta e quatro reais); **3.12) Em todas as cláusulas referentes a Piso Salarial constará o seguinte parágrafo:** "Na ocorrência de reajuste do Piso Salarial Estadual instituído pela Lei Complementar Estadual nº 459/2009, durante a vigência da presente convenção, prevalecerá para todos os efeitos o maior valor entre o mesmo e o Salário Normativo estabelecido nesta convenção coletiva"; **4.ANUÊNIO** "Será concedido a todos os empregados o percentual de 1% (um por cento) a título de anuênio, a cada período de 1 (um) ano de serviços ininterruptos prestados na mesma Empresa". **5.REAJUSTE AUTOMÁTICO** "Os salários dos empregados abrangidos por este instrumento normativo, inclusive o salário normativo, serão reajustados no mesmo nível e automaticamente pela variação do INPC-IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, toda vez que tal acumulação ultrapassar 5% (cinco) por cento, a partir da vigência do presente instrumento. O reajuste automático será considerado antecipação salarial"; **6.HORAS EXTRAORDINÁRIAS** "As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento)". **7.VIGÊNCIA** "A vigência do presente instrumento normativo será de 12 (doze) meses". **8.PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DAS EMPRESAS** "Anualmente, será distribuído aos trabalhadores, de forma equitativa e proporcional, o percentual de 20%(vinte por cento) sobre o lucro ou resultado líquido apurado no balanço anual das empresas, desvinculado da remuneração percebida pelo empregado, conforme Inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal." **9.GARANTIA GERAL DE EMPREGO** "Serão garantidos o emprego e o salário aos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento normativo de trabalho, durante a sua vigência, só podendo ser rescindidos os seus contratos, por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro". **10.EMPREGADOS ACOMETIDOS DE "LER"** "Fica garantido o emprego ao trabalhador portador de doença ocupacional LER - Lesão por Esforços



Repetitivos, e o exercício de outra função compatível com o grau de capacidade do funcionário, sem a redução salarial". **Parágrafo Único** - As despesas médicas e horários necessários para fisioterapia, serão de responsabilidade da empresa". **DORT - DISTÚRBIOS**

OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO - 11. PREVENÇÃO DOS DISTÚRBIOS

OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO "As empresas elaborarão política de prevenção dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, observando as normas técnicas do Ministério da Previdência e Assistência Social e, também: a) modificação no processo e na organização do trabalho visando a diminuição de sobrecarga muscular gerada por gestos e esforços repetitivos, reduzindo o ritmo de trabalho e as exigências de tempo, diversificando as tarefas, sem prejuízo da remuneração; b) adequação, do mobiliário, máquinas, dispositivos, equipamentos e ferramentas às características fisiológicas do trabalhador, de modo a reduzir a intensidade dos esforços e corrigir os movimentos repetitivos; c) introdução de pausas para descanso e redução da jornada de trabalho ou tempo de trabalho na atividade geradora de DORT".

12. REMANEJAMENTO E REABILITAÇÃO POR DOENÇA "Fica garantido o emprego ao trabalhador portador de DORT e o remanejamento cargo/função sempre que o exercício deste trouxer agravos à saúde, ou que hajanexo-causal entre trabalho e a doença, sem prejuízo da remuneração. **Parágrafo 1º** - As despesas médicas e os honorários necessários para fisioterapia serão de responsabilidade da empresa; **Parágrafo 2º** - As empresas informarão os casos de reabilitação e de reinserção dos empregados afastados há mais de 30 (trinta) dias por motivo de acidente ou doença profissional ao trabalho, bem como permitirão à entidade sindical profissional o acompanhamento dos mesmos".

13. CAIXAS "Os exercentes da função de caixa terão as seguintes garantias: a) uma pausa de 10 (dez) minutos após cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados. Os intervalos serão computados na duração normal de trabalho para todos os efeitos legais; b) a jornada de trabalho será no máximo de 6 (seis) horas diárias; c) cada exercente da função de caixa terá à sua disposição, 1 (um) empacotador para auxiliar na sua tarefa; d) as cadeiras dos caixas devem oferecer condições de conforto e mobilidade, possuindo altura, encosto e profundidade reguláveis, com base de cinco pés, giratória e apoio para os pés". **14. ACESSO LIVRE AOS LOCAIS DE TRABALHO** "As empresas garantirão que a entidade sindical profissional, através de seus dirigentes e técnicos, possam realizar vistorias de saúde e condições de trabalho em suas dependências. **Parágrafo Único:** Os relatórios respectivos serão encaminhados à direção das empresas, que se comprometem a analisá-los e adotar as providências necessárias".

15. EMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO (CATs) "As empresas obrigam-se a emitir a CAT para todos os acidentes de trabalho, doenças profissionais e do trabalho, inclusive as Lesões por Esforços Repetitivos (Tenossinovites, Tendinites, Epicondilites, Bursites, Sind. do Túnel do Corpo, Lombalgias Posturais, Fibromialgias, distúrbios visuais e psíquicos, desde que haja suspeita ou confirmação denexo-causal com o trabalho. **Parágrafo Único** - As empresas enviarão a entidade sindical profissional, mensalmente, cópia das CAT's e seus respectivos LEM's. (Laudo de Exame Médico), para fins estatísticos".

16. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO EM SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) "As empresas enviarão às entidades sindicais, no prazo de 30 (trinta) dias, da data da assinatura, cópia do PCMSO e anualmente cópia do Relatório anual do PCMSO. **Parágrafo Único** - As homologações no sindicato, somente serão procedidas, se o empregado apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Demissional do empregado".

17. CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES "As CIPAs serão constituídas por membros eleitos pelos empregados, equiparando-se suplentes e efetivos para todos os efeitos de direito, observando ainda os seguintes critérios: a) as CIPAs serão organizadas observando-se a proporção mínima de 2 (dois) representantes para cada grupo de 50 (cinquenta) empregados; b) as CIPAs terão suas eleições acompanhadas e fiscalizadas pela entidade sindical profissional, que será avisada com 60 (sessenta) dias de antecedência do término dos atuais mandatos; c) os membros eleitos para a CIPA equiparam-se para os efeitos de direito e garantias previstas nas leis e neste instrumento coletivo de trabalho, aos empregados exercentes da função sindical; d) o mandato dos membros eleitos para a CIPA será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; e) os membros da CIPA terão o poder de parar o processo produtivo em situação de grave risco à saúde do trabalhador; f) os cipeiros terão tempo livre de no mínimo 4 (quatro) horas semanais para a realização de reuniões, formação, inspeções, confecção dos mapas de riscos e para aplicação de metodologia da Árvore de Causas para análise de acidentes de trabalho".

18. VALE ou TICKET-REFEIÇÃO "As empresas fornecerão diariamente, vale ou ticket-refeição

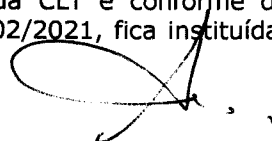
gratuitamente a todos os empregados abrangidos por esta Convenção, no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais), corrigidos semestralmente pelos índices acumulados do INPC/IBGE". **19. QUITAÇÃO DO INPC NAS RESCISÕES CONTRATUAIS** "As empresas complementarão na rescisão contratual de seus empregados, eventuais diferenças do INPC ou índice substituto, acumulado à partir da última data-base ou da data de admissão, até o mês da rescisão contratual, os valores referentes às verbas rescisórias, compensados os reajustes de ordem legal e espontânea". **20. RENEGOCIAÇÃO** "As entidades convenientes renegociarão no mês de de, as perdas salariais do período de a, o valor do salário normativo e a forma de reajuste do mesmo. **21. HORAS EXTRAS E REPOUSO SEMANAL DO COMISSIONISTA** "A remuneração das horas extras dos comissionistas tomará por base o valor total das comissões auferidas durante o mês, dividido pelo número de horas normais efetivamente trabalhadas, multiplicando-se pelo número de horas extras trabalhadas no mês, acrescentando-se ao valor da hora, o adicional de horas extras estabelecido nesta Convenção Coletiva de Trabalho". **22. FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS DOS COMISSIONISTAS** "As comissões que integram a média legal prevista para cálculo de férias, gratificação natalina e verbas rescisórias serão previamente corrigidas, monetariamente pelo INPC, entre a data de seu pagamento e a data do pagamento objeto do cálculo" (TRT/SC/DC-ORI-0485/92, ac. nº 4403/92). **23. QUEBRA DE CAIXA** "As empresas remunerarão os empregados que exerçam a função de caixa ou assemelhados, com o prêmio mensal de 20% (vinte por cento) sobre o salário normativo estabelecido na presente Convenção Coletiva de Trabalho, a título de quebra de caixa, ficando o empregado responsável pelas diferenças que ocorrerem." **24. CONFERÊNCIA DE CAIXA** "Ficam os empregados responsáveis pelas diferenças que forem encontradas na conferência dos valores em caixa, desde que seja realizada na presença do operador responsável pela mesma. Quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade por qualquer erro verificado." **25. DESCONTOS DE CHEQUES SEM COBERTURA E OUTROS** "As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados as importâncias correspondentes e despesas oriundas de cheques sem fundos, cheques e cartões de crédito roubados, clonados ou falsificados e cédulas falsificadas, por estes recebidos quando na função de caixa ou serviços assemelhados, uma vez cumpridas as normas da empresa, que deverão ser estabelecidas previamente e por escrito." **26. FÉRIAS PROPORCIONAIS** "O empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho antes de completar um ano de serviço terá direito ao recebimento de férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias". **27. PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS** "A concessão de férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva comunicação." **28. INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO DAS FÉRIAS** "O início das férias coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal". **29. ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO** "Antecipação do percentual de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que requeiram até 10 (dez) dias antes do início das férias." **30. AVISO PRÉVIO** "Para os empregados que contem com mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa e com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, o aviso prévio a ser concedido pela empresa será de 60 (sessenta) dias." **31. AVISO PRÉVIO INDENIZADO** "No pedido com indenização do aviso prévio, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais." **32. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO** "Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio integral, dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados." **33. DISPENSA POR JUSTA CAUSA** "No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão, sob pena de não poder alegar a falta grave em juízo". **34. ESTABILIDADE AO EMPREGADO SOB AUXÍLIO-DOENÇA** "Será garantida a estabilidade no emprego ao empregado sob auxílio-doença, até 90 (noventa) dias após a alta médica previdenciária". **35. ESTABILIDADE NA PRÉ-APOSENTADORIA** "Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador que contar mais de 5 (cinco) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, nos 18 (dezoito) meses, anteriores a aquisição do direito à aposentadoria voluntária, ressalvados os casos de motivo disciplinar, acordo ou não uso do direito". **36. ALISTAMENTO MILITAR** "A partir do conhecimento, pelo empregado, da sua incorporação ao serviço militar, terá o mesmo estabilidade no emprego até 60 (sessenta) dias após

a baixa no referido serviço. Do conhecimento de sua incorporação, dará ciência ao empregador em 48 (quarenta e oito) horas." **37.ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO** "A empresa abonará as faltas dos empregados estudantes e vestibulandos, para a realização das provas em cursos oficiais, assim como em concursos vestibulares, desde que pré-avisada 72(setenta e duas) horas antes." **38.ABONO DE FALTA DO TRABALHADOR** "Será abonada a falta do trabalhador no caso de necessidade de acompanhamento em consulta médica ou na internação hospitalar de dependente até 18 (dezoito) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica. (Tendência Normativa nº 23 do TRT 12ª Reg., com base no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente)." **39.INTERVALO INTRA-JORNADA** "Direito do empregado, nos intervalos intra-jornada não concedidos, de recebimento de horas extras, como se tal fosse." **40.CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO** "É obrigatória a utilização de livro-ponto ou cartão mecanizado, para o efetivo controle do horário de trabalho, a fim de que possibilite o real pagamento das horas trabalhadas além da jornada normal". **41.EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS** "Durante a vigência da presente Convenção, os empregados admitidos não poderão perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para trabalho da mesma natureza, excluídas as vantagens pessoais e dispensada a necessidade de comprovação de experiência anterior." **42.EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA** "Por ocasião de reajuste salarial e quando da admissão, não poderá o empregado mais antigo receber salário inferior ao empregado mais novo na mesma função, devendo, neste caso, ser efetuada a equiparação salarial na forma da lei, salvo se a empresa tiver quadro organizado de carreira." **43.EMPREGADO SUBSTITUTO** "Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do empregado substituído". **44.PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS** "A quitação das verbas rescisórias será efetuada pela empresa nos prazos estabelecidos no Artigo 447 da CLT, com as alterações estabelecidas pela Lei 7.855/89, sob pena das cominações previstas na referida Lei, além da penalidade prevista nesta Convenção." **45.ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS** "As rescisões de contrato de trabalho serão efetivadas perante a Federação do Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina e/ou Sindicatos filiados convenientes, nos termos da legislação em vigor". **46.COMPROVANTES DE PAGAMENTOS EFETUADOS** "No ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, fica a empresa obrigada a apresentar os últimos 12 (doze) comprovantes de pagamentos efetuados ao empregado." **47.MORA SALARIAL** "As empresas pagarão ao empregado 1% (um por cento) ao dia mais correção monetária sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, configurada a culpa da empresa no atraso do pagamento." **48.COMPROVANTE DE PAGAMENTO** "As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados envelopes de pagamento ou documento similar, contendo, além da identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados, inclusive os relativos a FGTS." **49.ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO** "As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, o salário fixo, com o também a função pelos mesmos efetivamente exercida." **50.CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO** "O empregador se obriga a entregar a segunda via do contrato de trabalho e do termo de opção de FGTS, ao empregado." **51.FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME** "As empresas que exigirem o uso do uniforme, deverão fornecê-lo sem ônus para os seus empregados, na quota de 2 (dois) por ano. O uso de uniforme deverá ser regulamentado pelas empresas, quanto às suas restrições e conservação." **52.FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES** "As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente, lanches para seus empregados, quando estes estiverem trabalhando em regime de horas extras em caráter excepcional. As empresas que não dispuserem de cantina ou refeitório deverão destinar um local, em condições de higiene, a fim de que seus empregados possam lanchar." **53.ASENTOS NO LOCAL DE TRABALHO** "As empresas manterão assentos para seus empregados, em local onde os mesmos possam ser utilizados durante os intervalos que os serviços permitirem." **54.CONTRATO DE EXPERIÊNCIA** "O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão do benefício previdenciário completando-se o tempo nele previsto após a cessação do benefício referido." **55.CURSOS E REUNIÕES** "Estabelecer que os cursos e reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extras." **56.QUADRO DE AVISOS** "Colocação de quadro de aviso, sob responsabilidade da entidade sindical no âmbito da empresa, para afixação de editais, avisos e notícias sindicais." **57.ACORDOS COLETIVOS, PRORROGAÇÃO E**

COMPENSAÇÃO "Fica estabelecida a possibilidade de acordos coletivos de trabalho entre as empresas e a Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina, para prorrogação e compensação de jornada de trabalho." **58.AÇÃO DE CUMPRIMENTO** "Fica reconhecida a legitimidade processual da entidade sindical profissional e patronal perante a Justiça do Trabalho, para ajuizamento de ações de cumprimento, independente de relação de empregados ou de autorização ou mandado dos mesmos, em relação a quaisquer das cláusulas desta Convenção." **59.PENALIDADES** "Multa de 20% (vinte por cento) do salário normativo da categoria profissional, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo, sendo 50% (cinquenta por cento) em favor do empregado prejudicado e 50% (cinquenta por cento) em favor da entidade sindical profissional". "Parágrafo único - A mesma multa, nas mesmas condições, será devida pelo não cumprimento das seguintes condições legais: a) não concessão de lugar apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação; b) não instalação de assentos nos locais de trabalho para descanso durante a jornada e local para lanche dos empregados, nas empresas que não dispuserem de cantinas; c) não concessão de intervalos intra-jornadas; d) não anotação na CTPS ou nos contratos dos empregados da função efetivamente exercida, do percentual para pagamento de comissões e/ou do salário; e) não entrega aos empregados dos extratos do FGTS fornecidos pelo banco depositário; f) não cadastramento no PIS ou omissão do nome do empregado na RAIS; g) não concessão do vale-transporte". **60.TRABALHO NOTURNO** "O trabalho noturno será pago com o adicional de 60% (sessenta por cento), a incidir sobre o salário hora normal" (Precedente Normativo nº 090 do TST). **61.EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO** "Serão fornecidos, gratuitamente, aos trabalhadores, quando exigidos por lei ou pelos empregadores, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados, instrumentos de trabalho." **62.ESTABILIDADE DA GESTANTE** "Serão garantidos o emprego e o salário à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto". **63.ANOTAÇÕES DA FUNÇÃO NA CTPS** "Fica proibida a contratação e anotação na carteira de trabalho de empregado para a função de "serviços gerais", por se tratar de atividade inexistente na categoria". **64.MOTIVO DA RESCISÃO** "No caso de denúncia do contrato de trabalho de iniciativa do empregador, este deverá comunicar ao empregado, por escrito, o motivo da dispensa". **65.AUXÍLIO CRECHE** "As Empresas que não possuam creche própria, manterão convênios com estabelecimentos particulares, para crianças de 0 a 6 anos de idade e para portadores de necessidades especiais com qualquer idade. **Parágrafo Único:** A Empresa que não atender o critério estabelecido no *caput* desta cláusula, reembolsará integralmente aos empregados as despesas de internamento em estabelecimentos públicos ou particulares, de livre escolha dos empregados, de filhos na faixa etária de 0 a 6 anos de idade ou portadores de necessidades especiais com qualquer idade." **66.LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL** "Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais nas empresas para desempenho de suas funções desde que, a empresa seja comunicada com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas." **67.FORNECIMENTO DE RSC** "Obrigatoriedade de fornecimento dos formulários preenchidos pela empresa de RSC (INSS) aos empregados demitidos ou demissionários, desde que solicitados". **68.ESTABILIDADE AO ACIDENTADO** "Será garantido emprego e salário ao empregado vítima de acidente de trabalho nos termos da lei 8.213 de julho de 1.991, enquanto vigor. **Parágrafo 1º** - Excetuam-se das garantias previstas no "caput" dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pela Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina e/ou Sindicatos filiados convenientes, nas duas últimas hipóteses. **Parágrafo 2º** - Não serão considerados, para contagem do período de garantia previsto no "caput" desta cláusula, as férias vencidas e o aviso prévio." **69.COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA** Em caso de concessão de Auxílio-doença pela Previdência Social, fica assegurado ao empregado a Suplementação Salarial em valor equivalente à diferença entre a importância recebida do INSS e o somatório das verbas fixas por ele percebidas mensalmente e atualizadas. **Parágrafo Único:** A Suplementação prevista será devida também quanto ao 13º salário. **70.VALE - FARMÁCIA** "As empresas fornecerão vale para aquisição dos remédios, desde que o empregado comprove, por receita médica o preço do produto, a quantia suficiente a aquisição do medicamento." **71.ACESSO LIVRE AOS LOCAIS DE TRABALHO** "As empresas garantirão que a entidade sindical profissional, através de seus dirigentes e técnicos,

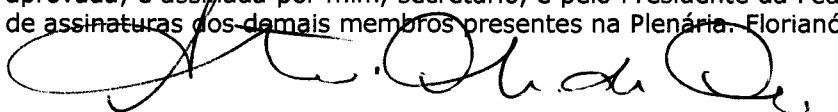
possam realizar vistorias de saúde e condições de trabalho em suas dependências. **Parágrafo Único:** Os relatórios respectivos serão encaminhados à direção das empresas, que se comprometem a analisá-los e adotar as providências necessárias". **72.SALÁRIO NORMATIVO DO COMISSIONISTA** "Aos empregados que percebem somente por comissão, fica assegurado o salário normativo estabelecido para a categoria profissional". **73.DESCONTO OU ESTORNO DE COMISSÕES** "Fica vedado às empresas descontarem ou estornarem da remuneração dos empregados, valores relativos a mercadorias devolvidas pelo cliente, ou retomadas pela empresa". **74. ANOTAÇÕES DE COMISSÕES** "Obrigação de as empresas registrarem na CTPS do empregado ou no correspondente instrumento contratual, o percentual ajustado para pagamento de comissões e seu salário fixo, se houver". **75.PAGAMENTO DAS COMISSÕES** "As empresas ficam obrigadas a efetuarem o pagamento de comissões aos seus empregados comissionistas, sempre calculadas sobre o valor da venda". **76.CÔMPUTO DAS FÉRIAS** Os dias feriados oficiais ou costumeiros, quer se situem ou não dentro do período de férias anuais, não serão computados como parte do período de férias anuais remuneradas (Art. 6º da Convenção 132 da OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 41/81 e promulgada pelo Decreto 3.197/99). **77.MAQUIAGEM** "Obrigação das empresas fornecerem material de maquiagem quando exigirem que as empregadas trabalhem maquiadas". **78.DISCRIMINATIVO DA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONISTAS** "Os valores das remunerações recebidas pelos comissionistas nos últimos 12 (doze) meses serão obrigatoriamente relacionados no verso da rescisão contratual do empregado". **79.PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS** "Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção, deverão ser pagos, o mais tardar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme estabelecido o parágrafo único do artigo 459 da CLT e a Lei 7.855/89". Parágrafo único - Os sábados serão considerados "dias úteis", para efeito de aplicação do caput desta cláusula". **80.CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA E COOPERATIVADA** Fica proibida a contratação, pelas empresas abrangidas pela presente convenção, de mão-de-obra indireta através de empresas terceirizadoras e de cooperativas de trabalho. **Parágrafo Único:** As empresas que utilizam mão-de-obra terceirizada ou cooperativada deverão incorporar em seus quadros esses trabalhadores, assegurando-lhes salários e direitos iguais aos demais empregados. **81.JORNADA DE TRABALHO** Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais. **82.LICENÇA-MATERNIDADE** A duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal será prorrogada por 60 (sessenta) dias, totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias de licença. **Parágrafo Primeiro:** A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança. **Parágrafo Segundo:** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social. **Parágrafo Terceiro:** No período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar. **Parágrafo Quarto:** Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, a empregada perderá o direito à prorrogação. **83.DISPENSA DO AVISO PRÉVIO PARA A MÃE TRABALHADORA** A empregada que se demitir no prazo de 90 (noventa) dias do retorno de sua licença-maternidade, ficará dispensada do cumprimento do aviso prévio. **84.FÉRIAS E 13º SALÁRIO NA LICENÇA PREVIDENCIÁRIA** A empresa indenizará as férias vencidas ou proporcionais, bem como o 13º salário do empregado sob auxílio doença ou auxílio acidente de trabalho, decorridas até a data do início do benefício previdenciário, no período máximo de 6 (seis) meses após o início do referido benefício, bem como do empregado que estiver aposentado por invalidez que as requeira durante a vigência da presente convenção. **85.CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS SALARIAIS** As diferenças salariais devidas em decorrência da aplicação das cláusulas de conteúdo econômico da presente convenção ou decisão normativa serão pagas na primeira folha de pagamento do mês subsequente ao do registro da convenção ou publicação do acórdão, devidamente corrigidas. **86.ATRASO AO SERVIÇO** Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana. (Precedente Normativo 92 do TST). **87. GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO TRANSFERIDO** Assegura-se ao empregado transferido, na forma do art. 469 da CLT, a garantia de emprego por 1 (um) ano após a data de transferência. (Precedente Normativo 77 do TST). **88.VALE-CULTURA** Os empregadores

concederão aos seus empregados, que percebem remuneração mensal até o limite de 5 (cinco) salários mínimos nacionais, aqui compreendido o salário-base acrescido das verbas fixas de natureza salarial, o Vale-Cultura instituído pela Lei n. 12.761, de 27/12/2012, regulamentado pelo Decreto n. 8.084, de 26/08/2013, IN MINC n. 02/2013, de 06/09/2013 e Portaria MINC n. 80, de 30/09/2013, no valor único mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sob a forma de cartão magnético. **Parágrafo Primeiro:** O fornecimento do vale-cultura depende de prévia aceitação pelo empregado e não tem natureza remuneratória, nos termos do art. 11 da Lei 12.761/2012. **Parágrafo Segundo:** O empregado usuário do vale-cultura poderá ter descontados, de sua remuneração mensal, assim entendida como o salário-base acrescido das verbas fixas de natureza salarial, os seguintes percentuais sobre o valor do vale-cultura estabelecidos no art. 15 do Decreto n. 8.084, de 26/08/2013, como segue: I - até um salário mínimo - dois por cento; II - acima de um salário mínimo e até dois salários mínimos - quatro por cento; III - acima de dois salários mínimos e até três salários mínimos - seis por cento; IV - acima de três salários mínimos e até quatro salários mínimos - oito por cento; e V - acima de quatro salários mínimos e até cinco salários mínimos - dez por cento. **Parágrafo Terceiro:** O salário mínimo a ser considerado, para efeito de desconto, é o valor correspondente ao salário mínimo nacional. **Parágrafo Quarto:** Os empregadores, nos termos da legislação citada no caput, providenciarão sua habilitação como "entidade beneficiária" do vale cultura, junto à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) do Ministério da Cultura. **Parágrafo Quinto:** Ficam a critério do empregado, nos termos da legislação do Vale-Cultura, a forma e o momento de utilização dos créditos efetivados pelo banco, decorrentes do cumprimento desta cláusula. A Pauta de Reivindicações foi aprovada pela unanimidade dos presentes, concedendo também a Plenária, poderes para a diretoria executiva da Federação, através de seus diretores Francisco Alano, Ivo Castanheira, Nadir Cardozo dos Santos e Roseméri Miranda Prado, para negociá-la com as entidades patronais da melhor forma possível. Em seguida, foi discutido e posto em votação o **item 2** da Ordem do Dia, **ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO:** Pela unanimidade dos votos, a Plenária autorizou a Federação a formalizar acordos coletivos com empresas dos setores econômicos de sua base de representação. O **Item 3** da Ordem do Dia, **RENEGOCIAÇÕES DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO** também foi debatido e votado. A Federação fica autorizada a renegociar, antes dos prazos de vencimento, acordos e convenções coletivas em prol dos trabalhadores representados. Na Discussão do **Item 4** da Ordem do Dia, **DISSÍDIOS COLETIVOS,** foi concedido pela totalidade dos presentes, poderes para a Diretoria da Federação interpor dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho, em casos de insucesso nas negociações, podendo realizar acordos em juízo ou fora dele. Finalmente, a mesa diretora expôs aos presentes considerações a respeito do **item 5** da Ordem do Dia, **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL,** sendo discutida e aprovada também pela unanimidade dos presentes a Contribuição a ser descontada de todos os trabalhadores representados e a sua inclusão nas respectivas Pautas de Reivindicações mediante a seguinte cláusula: **87.1.CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL (para a data-base de Maio):** Visando maior segurança jurídica e a manutenção de atividades sindicais, bem como, com fulcro no princípio da liberdade sindical e autonomia de vontade privada coletiva, além do Art. 6º Lei dos Comerciantes nº 12.790/13 e Art. 611-A da CLT e conforme deliberou a Plenária Estadual Extraordinária da FECESC realizada no dia 18/02/2021, fica instituída a Taxa de Custeio do Processo Negocial nas seguintes bases: no mês de Maio de 2020, as empresas recolherão em favor da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC, mediante guia por esta fornecida, o valor equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre a remuneração de abril de 2021 de todos os seus empregados, referente a 50% do reajuste dos salários de Maio de 2021, a título de Taxa de Custeio do Processo Negocial. **Parágrafo Primeiro:** O pagamento da referida guia deverá ser feito até o dia 10 de Junho de 2021, sob pena das cominações previstas nesta convenção. **Parágrafo Segundo:** As empresas encaminharão à FECESC, até o dia 30 de Junho de 2021, a relação nominal dos empregados, contendo também a data de admissão e o valor da remuneração paga a cada um em Abril de 2021. **87.2.CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL (para as datas-bases de Agosto e Setembro):** Visando maior segurança jurídica e a manutenção de atividades sindicais, bem como, com fulcro no princípio da liberdade sindical e autonomia de vontade privada coletiva, além do Art. 6º Lei dos Comerciantes nº 12.790/13 e Art. 611-A da CLT e conforme deliberou a Plenária Estadual Extraordinária da FECESC realizada no dia 18/02/2021, fica instituída a Taxa de Custeio



do Processo Negocial nas seguintes bases: no mês de Maio de 2021, as empresas recolherão em favor da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FECESC, mediante guia por esta fornecida, o valor equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre a remuneração de julho de 2021 de todos os seus empregados, referente a 50% do reajuste dos salários de agosto de 2021, a título de Taxa de Custeio do Processo Negocial.

Parágrafo Primeiro: O pagamento da referida guia deverá ser feito até o dia 10 de agosto de 2020, sob pena das cominações previstas nesta convenção. **Parágrafo Segundo:** As empresas encaminharão à FECESC, até o dia 30 de agosto de 2021, a relação nominal dos empregados, contendo também a data de admissão e o valor da remuneração paga a cada um em julho de 2020. Todas as deliberações desta plenária foram aprovadas por escrutínio secreto. Esgotada a ordem do dia e como nada mais houvesse a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, é assinada por mim, secretário, e pelo Presidente da Federação, e acompanhada da lista de assinaturas dos demais membros presentes na Plenária. Florianópolis, 18 de Fevereiro de 2021.



PLENÁRIA EXTRAORDINARIA DA FEDESC
Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de SC

18 DE FEVEREIRO DE 2021 – por videoconferência

LISTA DE PRESENÇA

ADEMAR CADORIM - casado, inscrito no CPF 020.511.809-70 e RG 3.188.665.5 SSP SC, residente na rua Theodolinda Schiavini Lazzarotti, 91 - Loteamento Sintrial – CEP 89.707-352 – Concórdia SC ;

ADRIANO DE MARTINI - solteiro, inscrito no CPF 009.370.649-98 e RG 4.525.540 SSP SC, residente na rua Santa Terezinha, 806 – Bairro Leandro – CEP 88.820-000 – Xanxerê SC ;

ANA MARIA ROEDER - casada, inscrita no CPF 645.445.249-20 e RG 927.976 – SSP SC, residente na Rua Antonio Gesser, 54 – Bairro Czerniewicz – CEP 89.255-470 - Jaraguá do Sul SC;

ANDREIA KOLOSCKE, brasileira, comerciária, divorciada, residente na Rua Francisco Grassi 391 – bairro Tacca – Xanxerê SC – inscrita no CPF 026.747.539-00 – PIS 133.07898.72-7 e RG 3.647.515;

ANGELA BARTH – solteira, inscrita no CPF 035.967.829-70, residente na Rua Alberto Buchele, 165 – CEP 88.311-290 – Itajaí SC;

ANGELO RAIMUNDO RIZZI - união estável, inscrito no CPF 501.614.669-15 e RG 1.337.898 – SSP SC, residente na Rua Antonio de Carli, 119 – Bairro de Carli, CEP 89.564-436 - Videira SC;

AQUILINO RODRIGUES – casado, inscrito no CPF 677.805.639-87, residente na rua Pará, 97 Edifício Elizabeth, apto.303 – Bairro Santa Tereza – CEP 89.600-000 – Joaçaba SC;

CLAUDETE DA SILVA - divorciada, inscrita no CPF 050.868.519-20 e RG 4.936.995 SSP SC, residente na rua Ulisses Bartolomei, 70 E - 22 – Bairro Passo dos Fortes – CEP 89.805-762 – Chapecó SC;

CLEUZA BRAZZO - solteira, inscrita no CPF 026.161.38.990 e RG 3.787.057 – SSP SC, residente na Rua Cedro 249, bairro Cruzeiro – CEP 89.990-000 - São Lourenço do Oeste SC;

CLEVERSON TELES DA SILVA – casado, inscrito no CPF 026.603.679-92, residente na rua Vereadora Olívia Brum, 315 – CEP 88.134-120 – Palhoça SC;

ÉDIO GEOVANI GNEIPEL - casado, inscrito no CPF 727.402.809-04 e RG 2.447.924 – SSP SC, residente na Rua José Moreira, 79 – Bairro João Pessoa – CEP 89.257-795 – Jaraguá do Sul SC;

EDRIANE SLAVIERO - solteira, inscrita no CPF 023.987.289-43 e RG 4.016.411 SSP SC, residente na rua Adriane Salete Lucitti, 54 – Bairro Vila Real – CEP 89.910-000 - Descanso SC;

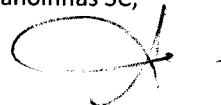
EDSON PAULO DAMIN - casado, inscrito no CPF 677.805.639-87 e RG 2.419.164 SSP SC, residente na rua Pará, 97 - apto. 303 – Ed. Elizabeth - Bairro Santa Tereza – CEP 89.600-000 - Joaçaba SC;

ELINILCE DALAGNOL SEGALA - casada, inscrita no CPF 961.106.279-68 e RG 3.362.752 – SSP SC, residente na Rua Presidente Campos Sales, nº - Bairro Santo Antonio – CEP 89.580-000 – Fraiburgo SC;

ELIZANDRA RODRIGUES ANSELMO - união estável, inscrita no CPF 003.635.629-82 e RG 3.733.617 – SSP SC, residente na Rua Dr. Nillo Bello, nº - apto 04 bl A - Bairro Vila Esperança – CEP 88.708-315 - Tubarão SC;

FÁTIMA MARIA ANDOLFATTO TABORDA - viúva, inscrita no CPF 846.160.839-91 e RG 2.425.876 SSP SC, residente na Rua Seguífredo Dall Belo, 49 – Bairro Guarany – CEP 89.825-000 - Xaxim SC;

FERNANDO JOSÉ CAMARGO - união estável, inscrito no CPF 045.231.659-63 e RG 4.242.478 SSP SC, residente na Servidão José Hass Lemos, 147 – Bairro Alto da Tijuca - CEP 89464-288.– Canoinhas SC;



PLENÁRIA EXTRAORDINARIA DA FECESC
Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de SC

18 DE FEVEREIRO DE 2021 – por videoconferência

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ALANO – casado, inscrito no CPF 029.253.209-10 e RG 145.545 – SSP SC, residente a Rua São José, 112 - apto 501 - Bairro Balneário – CEP 88.075-310 - Florianópolis SC;

FRANKLIM LACERDA DA SILVA - divorciado, inscrito no CPF 411.818.400-15 e RG 8.009.647- SSP/SC, residente na Rua Djalma Moellmann, 64 – Bairro Centro – CEP 88.020-670 - Florianópolis SC;

HÉLIO FRANCISCO ANDRADE - casado, inscrito no CPF 379.774.319-04 e RG 929.269 – SSP SC, residente na Rua Samuel Hoffmann, 119 – Bairro Fundo Canoas – CEP 89.163-518 – Rio do Sul SC;

IDANI MARIA HAMESTER CIRINO – casada, inscrita no CPF 453.970.909-72, residente na rua Vitório Fabiani, 173 – CEP 89.820-000 – Xanxerê SC;

INIS TEREZINHA SENN, brasileira, comerciária, solteira, residente na Rua Irmã Maria Felicitas 359 - bairro Centro – Canoinhas SC – inscrita no CPF 638.942.119-20 – PIS 121.47447.77-5 e RG 1.797.998 - SSPSC – 16/12/2008;

IVANIR MARIA REISDORFER - solteira, inscrita no CPF 627.183.989-49 e RG 5.153.258 – SSP SC, residente na Rua Padre Aurélio Canzi, 2885 – bairro São Sebastião, CEP 89.900-000 – São Miguel do Oeste SC;

IVO CASTANHEIRA – casado, inscrito no CPF 134.715.389-68 e RG 285.43 – SSP, residente na Rua Felipe Schmidt, 1210 - apto 301 – Bairro Centro – CEP 88.010-002 - Florianópolis SC;

IVO PEREIRA MORAES - casado, inscrito no CPF 422.811.729-53 e RG 1.079.098 , residente a Rua Campos Novos 164D, bairro Alvorada, CEP 89.804-510, Chapecó;

JAIR TESSARO - casado, – inscrito no CPF 649.553.209-10 e RG 2.232.081 – SSP SC, residente na Rua Fernando Machado – snº - CEP 89.819-000 no interior de Cordilheira Alta SC;

JANETE PECCINI - solteira, inscrita no CPF 712.694.019-04 e RG 2.320.350 – SSP SC, residente na Rua 29 de Julho, 1257 – Bairro Itaiba – CEP 89.707-044 – Concórdia SC;

JAQUELINE APARECIDA TONIAL - solteira, inscrita no CPF 794.148.421-87 e RG 2.526.073 SSP SC, residente na rua Dina Costa, 735 – Bairro Santa Catarina – CEP 89.990-000 – São Lourenço do Oeste SC;

JOÉLCIO CÉSAR DOS SANTOS - casado, inscrito no CPF 691.448.509-72 e RG 2.393.658 – SSP SC, residente na Rua João Belmiro Nunes, 280 – Bairro Monte Alto – CEP 88.904-166 - Araranguá SC;

JULIO CESA FONTES - casado, inscrito no CPF 395.271.290-15 e RG 6.923.871 – SSP SC, residente na Rua Santana, 27 - Bairro Vila Nova – CEP 88.780-000 - Imbituba SC;

LAEL MARTINS NOBRE - casado, inscrito no CPF 289.842.699-72 e RG 1/R 893.465 – SSP; residente na Rua Treze de Junho, 836 - Bairro Flor de Napoles – CEP 88.106-470 - São José SC SC;

LUCAS GUSTAVO PECINI CHAVES – solteiro – inscrito no CPF 060.697.919-08, residente na rua Nelson Alves Farias, 36 - Bairro Parque das Nações - CEP 89.711-202 – Concórdia SC;

MARCELO JORGE DOS SANTOS TEIXEIRA, casado, inscrito no CPF 585.524.489-04, residente na Rua Olavo Murilo Seara, 105 – – CEP 88.308-450 – Itajaí SC;

MARCOS ROBERTO SOUZA DE OLIVEIRA - casado, inscrito no CPF 661.087.729-72 e RG 3.794.081 – SSP, residente na Rua Antonio Della Giustina, 393 - Bairro São Luiz – CEP 89.520-000 - Curitiba;

MARLEI CHAVES DAS CHAGAS – casada, inscrita no CPF 018.657.769-98, residente na Rua Represa Itacorubi, 240 – CEP 88.034 – Florianópolis SC;



PLENÁRIA EXTRAORDINARIA DA FECESC
Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de SC

18 DE FEVEREIRO DE 2021 – por videoconferência

LISTA DE PRESENÇA

MOACIR EROSALTE PADILHA - casado, inscrito no CPF 622.521.029-15 e RG 1/R 2.587.384 – SSP SC, residente na rua João Honorato da Silveira, 413 – bairro Forquilhas - CEP 88.108-750 – São José SC

NADIR CARDOZO DOS SANTOS – solteiro, inscrito no CPF 296.532.409-78 e RG 491.320 – SSP SC, residente na Rua Tomaz João dos Santos, 79 - Bairro Centro – CEP 88.020-730 - Florianópolis SC;

NEUDI ANTONIO GIACHINI - solteiro, inscrito no CPF 736.689.669-15 e RG 2.078.612 – SSP SC residente na Linha Rodrigues, snº – CEP 89.820-000 - Interior de Xanxerê SC;

NEWTON OLM - divorciado, inscrito no CPF 511.251.459-00 e RG 1.209.197-9 SSP SC, residente na Rua 600, nº 436 – Bairro Centro – CEP 88.330-632 - Balneário Camboriú SC;

NIVALDO RODRIGUES - casado, SC, inscrito no CPF 590.600.779-20 e RG 2.008.993 – SSP SC, residente na Travessa do Veiga, 10 – Bairro Magalhães – CEP 88.790-000 - Laguna;

PAULO ROBERTO LADWIG - divorciado, inscrito no CPF 589.854.179-91 e RG 1.408.070 – SSP SC, residente na Rua Ulysses Machado Dutra, 125 - apto 402 – Bairro Dom Bosco – CEP 88.303-394 - Itajaí SC;;

RAFAEL FELIPE DE SOUZA – casado – inscrito no CPF 939.738.459-72, residente na rua 2.500 nº 466 Apto 501, CEP 88330-394, Balneário Camboriú SC

ROBERTA REGINA URBANO - união estável, inscrita no CPF 008.098.909-84 e RG 4.126.647 SSP SC, residente na Rua José Francisco Gaspar, 74 - casa 2 - Bairro Ipiranga – CEP 88.111-477 - São José SC ;

RODRIGO MACHADO PICKLER - união estável, inscrito no CPF 023.740.069-30 e RG 3.417.916 – SSP SC, residente na Rua Rubens Faraco, 589 – Bairro Humaitá – CEP 88.704-440 - Tubarão SC;;

ROGÉRIO MANOEL CORREA - casado, inscrito no CPF 657.857.209-06 e RG 2.088.012 SSP SC, residente na rua Alcebiades Vidal de Souza, 829 – Bairro Serraria – CEP 88.115-630 – São José SC;

ROSELI GOMERCINDO - solteira, inscrita no CPF 817.176.019-87 e RG 3.307.211 – SSP SC, residente na Rua Homero de Miranda Gomes, 829 – Bairro Fundos – CEP 88.161-470 – Biguaçu SC;

ROSEMARI MIRANDA PRADO – divorciada, inscrita no CPF 420.452.669-15 e RG 2.737.641 – SSP SC, residente na Rua Osni João Vieira, 913 – apto 702 – Bairro Campinas – CEP 88.102-270 - São José SC ;

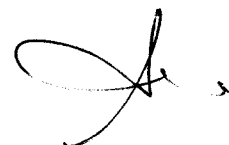
SANDRA MARA MIRANDA PRADO GRITTEN – casada, inscrita no CPF 712.887.329-53, residente na Rua Carlos Wagner, 341 – CEP 89.466-148, Canoinhas SC;

SILVIO CESAR FELIX - viúvo, inscrito no CPF 000.041.079-93 e RG 339 0182 SSP SC, residente na Rua Professora Evanda Sueli Juttel Machado, 21 - Bairro Centro – CEP 88.130-075 - Palhoça SC ;

VALÉRIA DA SILVA LEANDRO FRANCISCO – casada, inscrita no CPF 006.688.689-96, residente na Rua Jorge Elias Cuubb, 769 – bairro Coloninha – CEP 88.906-784 – Araranguá SC

VERA LUCIA MEURER - solteira, inscrita no CPF 794.493.109-63 e RG 5.227.771-0 – SESP PR, residente na Rua 410, nº 923 - Bairro Morretes – CEP 88.220-000 – Itapema SC;

VILMAR ZOLLNER – casado, inscrito CPF 701.987.999-34 e RG 1.681.445-2 – SSP SC, residente na Rua Leonardo Granemann, 196 - Bairro Alto Bonito – CEP 89.510-537 – Caçador SC;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 05/2021 - PML

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 10520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para o Registro de preços para aquisição de materiais médico hospitalares para Secretarias da Prefeitura Municipal de Laguna, Fundações, Autarquias e demais órgãos conveniados no dia 22 de fevereiro de 2021 às 9:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras@laguna.sc.gov.br, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles - 145 - centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 05 de fevereiro de 2021.
SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 06/2021 - PML

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 10520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para o serviço de higienização e saneamento mecanizado da faixa de areia das Praças do Município no dia 23 de fevereiro de 2021 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras@laguna.sc.gov.br, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles - 145 - centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 05 de fevereiro de 2021.
SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 18/2021

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 03/2021-TP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MICRODRENAGEM, CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DA ESTRADA GERAL INVERNADA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 01/03/2021, ÀS 13H. Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/SC, 05 de fevereiro de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021 - PMV

O Secretário Municipal de Gabinete comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 04/2021 - PMV para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO EXTERNA DE 225,0KVA, LOCALIZADA NA RODOVIA SEVERINO JOSÉ PASQUAL (SC-355), BAIRRO UNIVERSITÁRIO - VIDEIRA / SC, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 25 de fevereiro de 2021. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de fevereiro de 2021.
FABIANO LUIZ MARAPON
Secretário Municipal de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021 - PMV

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 11/2021 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, E PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 09/02/2021 a partir das 08:00h até o dia 19/02/2021 às 13:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 19/02/2021 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9034. Videira/SC, 05 de fevereiro de 2021.

FABIANO LUIZ MARAPON
Secretário Municipal de Gabinete

**CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA A ATUALIZAÇÃO E REGISTROS
CADASTRAIS DE FORNECEDORES DO
MUNICÍPIO DE IÇARA**

O Município de Içara/SC, na forma do Artigo nº. 34, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, convoca as empresas interessadas para atualização ou ingresso no "Registro de Cadastro de Fornecedores" junto a Diretoria de Gestão de Recursos, localizada no Paço Municipal "Ángelo Lodetti", Praça Presidente João Goulart, 120, Centro, Içara. Informações pelo telefone (0*48) 3431-3544 no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, no Departamento de Administração. Içara - SC, 28 de janeiro de 2021.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS
NO COMÉRCIO DE SÃO JOSÉ E REGIÃO**

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores pertencentes a categoria profissional dos empregados nas empresas de Serviços Contábeis, Revendedores Lotéricos e Correspondentes bancários, Despachantes, Administradores de Consórcios e das demais categorias do grupo de Empregados de Agentes autônomos, representados por este sindicato, associados ou não, dos Municípios de Antonio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José e São Pedro de Alcântara, para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada nos locais de trabalho em sessões itinerantes de 15/02/21 à 15/03/21, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1ª - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: discussão e aprovação das normas da Convenção Coletiva de Trabalho a serem firmadas com as Entidades Sindicais Patronais, para o período de 2021/2022;
- 2ª - DISSÍDIO COLETIVO: no caso de inssucesso nas negociações, poderes para a Diretoria requerer a instauração de Dissídio Coletivo perante a Justiça do Trabalho. Poderes para realizar acordos com as entidades patronais e com as empresas, em juízo ou fora dele;
- 3ª - Discussão e deliberação sobre contribuição dos empregados em favor do sindicato profissional. São José e Região, 08 de fevereiro de 2021
Roseli Gomercindo - Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 25/2021. Tomada de Preços n. 02/2021. Tipo: Menor Preço. Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SANEAMENTO, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO DE ÁGUA, EFLUENTES, ELABORAÇÃO DE PLANO DE AMOSTRAGEM, BEM COMO EM PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS QUE VENHAM A SER IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO, conforme projeto e especificações constantes no anexo "A" deste edital. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 24/02/2021. Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 24/02/2021. O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordilheira.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100. Cordilheira Alta - SC, 05 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ADIAMENTO DE ABERTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 17/2021
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 01/2021**

Fica retificado o edital, conforme a seguir:
Onde se lê: 4.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: a) Apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a aptidão da pessoa jurídica para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital, que deverá ser fornecido por órgãos públicos.
Leia-se: 4.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: a) Apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a aptidão da pessoa jurídica para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital, que deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Em razão da retificação do edital, a abertura da licitação fica agendada para o dia 25/02/2021 às 09h30m. Os envelopes serão aceitos até às 09h00m do dia 25/02/2021. O edital na íntegra encontra-se disponível no link www.pmcordilheira.sc.gov.br ou na Divisão de Compras e Licitações do Município de Cordilheira Alta, sito na Rua Celso Torzo, 27, Centro, CEP 89819-000. Informações: de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, pelo fone n. (49) 3358-9100.
Cordilheira Alta/SC, em 05 de fevereiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PLENÁRIA ESTADUAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente da FEDESC - Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FEDESC, convoca, na forma do artigo 27, § 4º e Art. 38, letra "a" do Estatuto da entidade, uma PLENÁRIA ESTADUAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 18 de Fevereiro de 2021, com início às 09h00min, em formato virtual por meio de plataforma e modo de acesso a serem informados pela direção da FEDESC em tempo hábil, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO: Discussão e aprovação das normas gerais das Convenções Coletivas de Trabalho para o período 2021/2022, a serem firmadas com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina e demais Sindicatos Patronais, abrangendo os empregados das categorias pertencentes ao 1º Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA E COMÉRCIO ATACADISTA - pré-postos do comércio em geral -, assim como os empregados das categorias pertencentes ao 2º Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO, inclusive empregados dos REPRESENTANTES COMERCIAIS DE SC.
2. ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO: Autorização à Federação para formalização de Acordos Coletivos com empresas dos setores econômicos acima especificados;
3. RENEGOCIAÇÕES DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO: Autorização à Federação para renegociação de Convenções e Acordos Coletivos firmados com a Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina, Sindicatos Patronais e Empresas dos setores acima mencionados;
4. DISSÍDIOS COLETIVOS: No caso de inssucesso nas negociações e renegociações das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, poderes para a diretoria interpor Dissídios Coletivos perante a Justiça do Trabalho, assim como realizar acordos em juízo ou fora dele.
5. CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL: Discussão e deliberação sobre a contribuição negociada dos trabalhadores representados, a favor da Federação.

Poderão participar da Plenária, com direito a voz e voto, os delegados credenciados na forma do Artigo 27 do Estatuto da Federação.
Florianópolis, 08 de Fevereiro de 2021.
Francisco Alano - presidente.

**PÁGINA CERTIFICADA**

O jornal DIÁRIO CATARINENSE
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
<https://www.nectotal.com.br/publicidadelegai>

PARA ANUNCIAR

Ligue: (48) 3216 3812 |(48) 3216 3216